

Orçamento: começa disputa dos recursos

BEATRIZ ABREU e DENISE ROTHENBURG

BRASÍLIA — Está aberta a temporada de caça aos recursos públicos. O Governo iniciou a discussão da programação orçamentária para o próximo ano, deixando perplexos os parlamentares. Pela primeira vez, não encontraram um Orçamento no qual receita e despesas são superestimadas. Os gastos previstos, um pouco acima de Cr\$ 8 trilhões, são o mínimo indispensável ao desenvolvimento das atividades governamentais e os recursos para investimento não chegam a Cr\$ 400 bilhões — caberá ao setor privado responder pelo crescimento da economia no próximo ano. A seletividade dos gastos impõe prioridade à área social, agrícola e de infra-estrutura.

Questionado pelos parlamentares a partir da apresentação de 13 mil emendas, o Orçamento reduz praticamente a zero a margem de manobra dos políticos para aquilhoar com maiores verbas Estados e programas de seus interesses. O relatório preliminar da Comissão Mista de Orçamento, apresentado pelo Deputado João Alves (PFL-BA), no dia 31, dá uma idéia do que será a discussão, que se estenderá às vésperas do recesso de fim de ano: as emendas implicam despesas que superam as receitas estimadas para 1991. Ou seja, um novo orçamento pode ser montado a partir das propostas.

— O direito assegurado aos parlamentares pela Constituição de emendar o orçamento se tornou um sonho — diz Alves.

Os técnicos do Governo comemoram a constatação, pois insistem em que a principal meta do Orçamento é gastar o mínimo possível, já que as autoridades econômicas persistirão na eliminação do déficit público.

O relatório de Alves não altera os rumos da equipe econômica, porque mantém a espinha dorsal do projeto do Executivo. Tentará, porém, ampliar os investimentos em cerca de Cr\$ 4 bilhões e elevar as dotações ao Legislativo, Judiciário e ao Ministério Público da União, mantendo o Orçamento superavitário em 1% do

Produto Interno Bruto. A alternativa é recorrer à chamada “reserva de contingência” — recursos que funcionam como uma espécie de poupança para cobrir despesas não programadas. Está fixada em Cr\$ 27,6 bilhões, mas pode ser encurtada a Cr\$ 20,7 bilhões, preservando a correspondência com a receita global de impostos.

A simples comparação da dotação de vários Ministérios não é, segundo os técnicos, a forma mais adequada de identificar áreas prioritárias. Aparecem mais claras na definição dos investimentos, concentradas nos gastos sociais, com agricultura e obras de infra-estrutura. Mesmo assim, no conjunto, os recursos são poucos porque se resumem a Cr\$ 364,9 bilhões. O Secretário Nacional de Planejamento, Marcos Gianetti Fonseca, preveniu os parlamentares de que a retomada do crescimento econômico em 91 (em 3% do PIB) caberá ao setor privado, porque “91 e 92 serão anos difíceis” para o setor público. Segundo ele, o superávit das contas públicas será todo empregado para reduzir a dívida interna.

O Ministério da Agricultura será contemplado com um pouco mais de Cr\$ 42 bilhões para os projetos de irrigação, eletrificação rural e pesquisa agropecuária e projetos na área do Vale do São Francisco e contra a seca. Para Ação Social, os recursos destinados somam cerca de Cr\$ 38 bilhões, que, adicionados a Cr\$ 47 bilhões da Educação e Cr\$ 39,7 bilhões do Ministério da Saúde, garantirão, segundo os técnicos, o atendimento básico de programas sociais.

Os Ministros militares não poderão investir no ritmo que pretendiam. O Exército receberá pouco mais de Cr\$ 24 bilhões, a Aeronáutica ficará com quase Cr\$ 34 bilhões e a Marinha com Cr\$ 13,5 bilhões.

O volume dos investimentos, porém, não é definitivo, porque a proposta do relator é da ampliação em cerca de Cr\$ 4 bilhões — Cr\$ 2 bilhões para engordar o Caixa do Ministério da Infra-Estrutura, que investirá, pela proposta do Executivo, pouco mais de Cr\$ 41 bilhões.